

PROEJA: um ‘Entre-Lugar’ na Relação Educação Profissional e Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos

PROEJA: a “place in-between” in the Relationship
between Professional and Basic Education in Education for
Youths and Adults

Luzia Terezinha Baptista Oliveira*

Resumo: O presente artigo expõe uma breve reflexão acerca da mobilização dos sujeitos, que atuam no PROEJA: estudantes, professores, gestores e pesquisadores, durante o I Encontro Estadual de Estudantes do PROEJA, em Santa Maria, em maio/2010. Para tal, nos apropriamos do ideário, que permeou o evento, com representação de estudantes e de gestores dos três Institutos Federais do Rio Grande do Sul, do Colégio Politécnico Santa Maria e do CTISM - Colégio Técnico Industrial vinculado à UFSM, com vistas à elaboração da Primeira carta dos estudantes e dos gestores, do PROEJA/RS. Na sequência, fundamentamos a elocução à luz da compreensão do conceito de entre-lugar preconizado por Homi Bhabha. Por fim, dialogamos com o autor a respeito do PROEJA como um entre-lugar a partir da relação de poder

Abstract: This article presents a brief reflection on the mobilization of the subjects that operate in PROEJA: students, teachers, managers and researchers, during the First State Meeting of Students in Santa Maria in May/2010. To this end, we appropriate the ideas that permeated the event with representation from students and managers of the three Federal Institutes of Rio Grande do Sul, Santa Maria Polytechnic College, and Technical College Industrial linked to UFSM with a view to drawing up the first letter of students and managers of PROEJA/RS. Following, we based the utterance in the light of understanding the concept of place in-between proposed by Homi Bhabha. Finally, we dialogue with the author about the PROEJA as a place in-between from the power relationship that is establi-

* Mestre em Educação pelo UNILASALLE/Canoas. Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico da Universidade Federal de Roraima (UFR) - Colégio de Aplicação.

que se estabelece pela entrada - por decreto - do PROEJA na rede federal.

Palavras-chave: Educação Profissional, PROEJA, Inclusão, Entre-lugar.

shed by the entrance - by decree - the PROEJA in the federal system.

Keywords: Professional Education, PROEJA, Inclusion, Place In-Between.

Apresentação

Este artigo apresenta uma breve reflexão acerca da mobilização dos sujeitos, que atuam no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA – estudantes, professores, gestores e pesquisadores – durante o I Encontro Estadual de Estudantes do PROEJA, em Santa Maria, em maio/2010. O referido encontro evidenciou um espaço de discussão que pressupôs um movimento de negociação e de articulação da participação dos diferentes atores.

Esse espaço reflexivo, pelo fato de problematizar a inclusão da Educação de Jovens e Adultos no universo da Educação Profissional Tecnológica, implica a identificação de um outro “lugar” pronunciado pelos tensionamentos da implantação do PROEJA. Diante disso, propomos fundamentar a nossa elocução à luz da compreensão do conceito de entre-lugar preconizado por Homi Bhabha.

A elocução proposta nos pede uma rápida localização do PROEJA no universo da educação profissional e tecnológica, em especial, no Rio Grande do Sul durante o encontro de estudantes do PROEJA/Santa Maria – maio de 2010, dialogando com os significados que a educação profissionalizante assume para estudantes, professores e gestores dos cursos PROEJA.

Localização do PROEJA no universo educacional brasileiro

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, como se sabe, tem transitado por lugares e tempos educacionais complexos, de grande diversidade, que aparecem a partir das relações de poder - escola e sociedade - ao longo de toda a trajetória formadora do universo educacional brasileiro.

A localização do PROEJA, nesse universo, é precedida por alguns movimentos do percurso da Educação de Jovens e Adultos, ao longo da história, que conduziram ao reconhecimento da dívida social para com a população pobre e à inclusão da EJA nas políticas públicas governamentais (Oliveira, 2007; Di Pierro, 2005; Di Pierro, Joia, Masagão, 2001).

Essa trajetória passa pelas campanhas de alfabetização e de escolarização de adultos - organizadas e implementadas como ações governamentais assistencialistas, populistas e compensatórias, contextualizadas e atreladas aos interesses do mercado de trabalho e da produção de bens e serviços, de caráter aligeirado e

descontínuo – “realizadas com pessoal pouco preparado, material didático inadequado e instalações improvisadas” (Paiva, 2009:9) - até as mais recentes ações educacionais para Jovens e Adultos e a garantia de participação nos espaços de discussão e de deliberação nacionais junto ao MEC.

A virada em termos de perspectivas teórico-metodológicas e políticas para a EJA, no Brasil, ocorre a partir da década de 50, quando se inaugura um novo discurso sobre educação popular a partir das ideias de Paulo Freire. Já na década de 60, vemos o influxo dos movimentos populares, os Seminários de Alfabetização de Adultos e o(s) Movimento(s) de Cultura Popular¹ (MCP), os quais inicialmente buscavam conscientizar os trabalhadores através da alfabetização e de um projeto de educação de base. O MCP era

Constituído por estudantes universitários, artistas e intelectuais com o objetivo de realizar uma ação comunitária de educação popular, a partir de uma pluralidade de perspectivas, com ênfase na cultura popular, além de formar uma consciência política e social nos trabalhadores, preparando-os para uma efetiva participação na vida política do País (Fundação Joaquim Nabuco, 2009).

No entanto, em 1964, com o novo contorno político, extinguem-se os movimentos de cultura popular e entram em cena políticas educacionais marcadas pelo tecnicismo e pelas reformas advindas de acordos com agências internacionais, como a Cruzada da Ação Básica Cristã². Na continuidade, a década de 70 preconiza duas correntes de Educação de Adultos: Educação não-formal, alternativa à escola, e Educação como suplência da educação formal, entre elas o MOBREAL. Esta última referenda-se após a III Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, Tóquio, em 1972, tendo como

recomendação aos governos que colocassem a educação de jovens e adultos no primeiro plano de suas preocupações, em pé de igualdade à educação escolar, reconhecendo o papel essencial que os organismos privados e os movimentos populares desempenham para a educação de adultos (PAIVA, 2005, p. 84).

Na sequência, os anos 80 retomam o processo de democratização do país: diretas já, constituinte, perspectiva de ampliação dos direitos sociais, muitos movimentos sociais populares, buscando uma nova e crítica leitura da realidade

¹ Criado em maio de 1960 na prefeitura do Recife e extinto pelo golpe militar de 1964. Era composto por dez divisões: Pesquisa, dirigido por Paulo Freire; Ensino; Artes Plásticas e Artesanato, cujo diretor era Abelardo da Hora; Música, Dança e Canto; Cinema; Rádio, Televisão e Imprensa; Teatro; Cultura Brasileira; Bem-Estar Coletivo; Saúde; Esportes, que funcionavam através de programas e de projetos especiais. O movimento também contou com o apoio de instituições políticas de esquerda como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre outras. O MCP alcançou repercussão nacional, servindo de modelo para movimentos semelhantes criados em outros estados do Brasil.

² De 64-71 - Financiada pelo governo federal, tenta contestar os movimentos (educativos do nordeste) de cultura popular – MCPs – inspirados em Paulo Freire. “O objetivo é capacitar o homem analfabeto-marginalizado a ser participante na sua sociedade contemporânea, como contribuinte do desenvolvimento socioeconômico e receptor de seus bens.” (OBJETIVOS DA CRUZADA ABC, 1965).

brasileira: Sem Teto, MST, CMP, Movimento Contra a fome e a miséria e pela vida, MNMMR, Mov. de Mulheres, Homossexuais, Movimento Sindical, CUT, pastorais sociais, etc. E, nesse contexto, a Constituição de 1988 garantiu o “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria” (Artigo 208, inciso I).

Na década de 90, surgem os Fóruns de EJA, que constituíram os espaços políticos de discussão e de inserção da EJA nas pautas de reivindicações e de implementação das políticas públicas. O I Fórum ocorreu no Rio de Janeiro, em 1996, estimulado pela UNESCO para a organização de reuniões locais e nacionais preparatórias à V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, que iria acontecer em Hamburgo, Alemanha, em julho do ano seguinte (1997). Este movimento deu início aos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJAs), que passaram a ocorrer anualmente desde 1999. Antecedidos pelos Fóruns de EJA - encontros locais e regionais - preparatórios para os encontros nacionais. Esse movimento aumentou a articulação com o MEC.

O crescimento dos Fóruns nacionalmente e sua expressão nacional pelos ENEJAs, tornou o MEC um interlocutor privilegiado, com o qual os Fóruns vêm travando parcerias e contribuindo na formulação e efetivação de ações na área. A legitimidade dos Fóruns vem sendo reconhecida em muitos espaços, especialmente representados pela ocupação de um lugar na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA, assim como em um colegiado de representantes com o qual o Ministério tem dialogado permanentemente (Portal do MEC, 2008).

Nessa lógica, pode-se considerar a V Conferência Internacional de Educação de Adultos como um marco político para a EJA brasileira. A convocação para ajudar a pensar a V CONFITEA e a realização - na América Latina, mais precisamente no Brasil, da VI CONFITEA legitimaram o discurso daqueles que vêm “gritando” para adentrar nos espaços de discussão; assim como, deu maior visibilidade às questões concernentes à educação pública e potencializou o diálogo com o MEC. O que, sem dúvida, revela um avanço significativo, não fosse o caráter ainda transitório e passível de descontinuidade das ações, até então, implementadas. Essa transitoriedade é um desafio, que tem provocado o debate sobre os caminhos da EJA e do lugar - espaço-tempo - onde se encontra e para onde está sendo projetado.

Nesse contexto, no conjunto de ações recentes criadas, como diria Paulo Freire, em “*momentos de lucidez*” governamental, o PROEJA constitui uma política pública voltada para a população de jovens e adultos, maiores de 18 anos, que se encontra fora do processo educacional e que não teve acesso ou continuidade aos estudos no ensino fundamental e médio na idade adequada. O referido programa está localizado na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/ MEC – instituído pelo decreto 5840/06, de 13 de julho de 2006, introduzido na

rede federal³, com a proposta de criação de cursos técnicos integrados na modalidade de EJA, aproximando duas áreas historicamente distantes: Educação Básica e Educação Profissional.

É um projeto de inclusão social na direção da consolidação da democracia e do rompimento com a “subserviência e posição periférica do Brasil”⁴, implementado dentro dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), cuja natureza é o compromisso com o mundo do trabalho mediado pela educação técnica profissional. O PROEJA inaugura a entrada da educação popular nas escolas *ditas de excelência*. No dizer de Lima Filho:

Tal iniciativa ocorre no contexto da *anunciada* retomada da oferta pública do ensino médio integrado à educação profissional técnica e também no contexto de valorização e ampliação da Educação de Jovens e Adultos como política de garantia do direito à educação básica (LIMA, 2010).

Em virtude disso, constitui-se como um desafio porque representa o elo que configura o vínculo dos sujeitos excluídos com ensino de qualidade e a pesquisa a serviço da população pobre.

PROEJA – O lugar de inclusão – o Entre-Lugar

Com certa ressalva, nos propomos à elocução entre o LUGAR do PROEJA e o conceito de Entre-Lugar. De acordo com Homi Bhabha, a ideia de entre-lugar transita pela relação entre a cultura imposta e a cultura primitiva, constituindo o hibridismo, que “propõe o local da cultura como o entre-lugar deslizante, marginal e estranho, que, por resultar do confronto de dois ou mais sistemas culturais que dialogam (...), é capaz de desestabilizar essencialismos e de estabelecer uma mediação entre a teoria crítica e a prática política”. O entre-lugar seria um terceiro lugar - entre o lugar de UM (dominante) e o lugar do OUTRO (dominado) - onde as contradições são impostas e resultam da negociação que emerge do hibridismo, que constitui um campo de luta entre o EU e o OUTRO. Conforme analisa Bhabha (1998:27), “... um encontro com ‘o novo’ que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural”. Permite pela flexibilidade mesclar o velho e o presente, configurando e dando visibilidade, constituindo uma renovação do passado, “... refigurando-o como um ‘entre-lugar’ contingente, que inova e interrompe a atuação do presente” (Bhabha, 1998:27). O entre-lugar se dá a partir da reação do sujeito subjugado e da negociação na disputa de poder, que se estabelece entre dois campos culturais opostos, mas que são obrigados a se relacionar.

³ Escolas Técnicas, Escolas Agrotécnicas, CEFETs, e recentemente Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

⁴ Fala do Secretário da SETEC/MEC, Eliezer Moreira Pacheco, no I Encontro Nacional dos Estudantes do PROEJA, em Santa Maria, maio/2010.

Nesse sentido, aproximamos a ideia de entre-lugar de Bhabha ao PROEJA, incursionando pelas relações de poder, que se instalam a partir da entrada - por decreto - do PROEJA na rede federal. Essa imposição criou inicialmente uma situação de desconforto na Instituição, gerando tensionamentos e um velado movimento de resistência. Diante disso, a implantação dos cursos PROEJA foi se configurando mais por imposição – pelo decreto – e, posteriormente, por adesão, caminhando para uma ressignificação das concepções e dos princípios político-educacionais dos próprios IFs.



Na intenção de descortinar esse espaço político-educacional do PROEJA, tomamos como referência o I Encontro Estadual de Estudantes do PROEJA, com representação de estudantes e de gestores dos três Institutos Federais do Rio Grande do Sul⁵ e de dois Colégios técnicos de nível médio: Politécnico Santa Maria e Colégio Técnico Industrial, vinculados à Universidade Federal de Santa Maria. Participaram do evento um total de 148 estudantes, 56 educadores, 5 gestores e 18 pesquisadores.⁶

O Encontro tinha a finalidade de discutir questões concernentes ao PROEJA, dando voz aos estudantes, com vistas à elaboração da primeira Carta dos Estudantes e dos Gestores do Programa de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, reunidos, em Santa Maria/RS, dias 22 e 23 de Maio de 2010. Para o registro das informações, que servem como base para a reflexão neste trabalho, recorreu-se ao uso do diário de campo, ou seja, foram registradas as situações, as falas e as intervenções realizadas durante o evento, procurando manter certo grau de fidedignidade.

Assim, um dos primeiros aspectos que emerge diz respeito às falas dos sujeitos presentes, que, de uma forma geral, durante as discussões em grupos e mesmo durante a plenária, foram rememorando entendimentos, que configuraram/ configuram o pano de fundo da implementação do PROEJA, tanto no que diz respeito à adesão como à resistência ao Programa no âmbito das instituições federais. Na solenidade de abertura, o secretário da SETEC/MEC⁷ refere-se ao PROEJA como o resgate dos excluídos sociais para a cidadania e para a ocupação do seu

⁵ IF Rio Grande do Sul, IF Farroupilha e IF Sul-rio-grandense.

⁶ Informações obtidas junto à coordenação do evento.

⁷ Eliezer Moreira Pacheco.

papel na sociedade, como a política que estende a mão para aqueles que o Estado deixou de fora. Além disso, faz um trocadilho para falar da importância dos cursos PROEJA na inserção dos homens e das mulheres no mundo do trabalho, “há muita gente no Brasil procurando emprego e muito emprego procurando gente, por falta de qualificação”. Ressalta, ainda, a natureza dos Institutos Federais e as condições estruturais apropriadas para essa qualificação.

A coordenadora de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica do MEC⁸ menciona: “ao colocar o PROEJA dentro da escola (IF), está se falando de OUTRA escola, que dê conta da diversidade da Educação de Jovens e Adultos”; e “é importante pensar projetos que permitam atender este público com a desconstrução da OUTRA escola (tradicional)”. E mais, “essa escola só vai dar conta a partir do acolhimento, do diálogo, do respeito, compartilhado através de projetos coletivos”.

A primeira fala trata, entre outras coisas, da urgência da qualificação para minimizar a desarmonia entre a oferta de trabalho e a demanda de trabalhadores inaptos para preenchimento das vagas, assim como o lugar ocupado historicamente pelos institutos na qualificação para o trabalho. A segunda fala nos remete ao movimento de criação de um terceiro espaço (entre-lugar) provocado pela fluidez da prática reflexiva, que emerge - *até por uma questão de sobrevivência* - do processo de implantação dos cursos PROEJA.

Daí afloram inquietações, de docentes e de discentes, a respeito de como lidar com a aproximação “imposta”, pela chamada do MEC, desses dois universos culturais tão diferentes - historicamente separados pela perversidade dos modelos econômicos e pelos contínuos processos de exclusão - Educação Profissional e Tecnológica e Educação de Jovens e Adultos. Como lidar com o estudante – jovem e adulto – que, além das dificuldades de aprendizagem, originárias do tempo fora da escola, da sobrecarga de trabalho e de responsabilidades, ainda possui dificuldades especiais, tais como: baixa visão, baixa audição, depressão, alcoolismo, licença para tratamento de saúde, licença-maternidade, dificuldade para o deslocamento, cuidado dos filhos menores enquanto está na escola, entre outros?

O que significa dizer OUTRA escola, que dê conta da diversidade da Educação de Jovens e Adultos? Quem dá/dará forma a essa escola? Que LUGAR ela deve ocupar para dar conta dessas questões? No I Encontro dos estudantes e dos gestores, os grupos temáticos discutiram a partir de perguntas, que provocaram o diálogo e a reflexão sobre os conflitos dessa interlocução cultural, que tem imbricação na vida da escola (IFs), enquanto lugar, na maioria das vezes, de manutenção dos interesses das classes dominantes, e na vida dos homens e das mulheres das classes populares, que buscam se apropriar de um direito historicamente negado o qual estão tendo a possibilidade de recuperar através dos cursos PROEJA.

⁸ Caetana Juracy Rezende Silva.

Na continuidade, as perguntas que mobilizaram o debate foram: o que significa, para mim, ser aluno do PROEJA? Como é a seleção para ser aluno do PROEJA na minha escola? Os alunos são frequentes na minha escola? Há evasão? O que eu aprendi dentro do curso do PROEJA? Qual é a qualificação profissional que o curso fornece? Há vagas no mercado de trabalho para esta qualificação? O curso me possibilitou outras oportunidades de trabalho? Como é a infraestrutura da escola para o curso: biblioteca, laboratórios, refeitório, bolsa auxílio? O que poderia melhorar no curso? Concomitantemente, em outro espaço, os gestores eram provocados na mesma direção, com questões semelhantes.

Ao término das discussões, os grupos – num colóquio freireano – apresentaram coletivamente suas opiniões, seus anseios, suas angústias e suas sugestões, as quais foram registradas na carta dos estudantes e dos gestores, do PROEJA/RS, num esforço de identificação do LUGAR do PROEJA no contexto político-educacional, em forma de uma carta aberta.

“O PROEJA significa o compromisso com uma nova perspectiva de mundo, um olhar mais sensível para a heterogeneidade dos sujeitos... oportuniza crescimento pessoal e profissional e representa o avanço na Educação Básica, Profissional e Tecnológica.”

“Promove novas relações interpessoais, novas experiências de vida e uma oportunidade única de concluir seus estudos simultaneamente à qualificação profissional.”

“Para os gestores, é um espaço de reflexão, de formação continuada, de produção de conhecimento a partir dos saberes dos estudantes e de suas vivências, rompendo com a lógica do mero conteúdo, sendo este ressignificado e constituído no diálogo e na convivência com as diferenças.”

“Há urgência em uma forma de ingresso dos estudantes do PROEJA que os esclareça sobre as especificidades do curso... divulgação ampla. ... considerando os saberes dos alunos em relação ao curso oferecido... diferente da lógica meritocrática das instituições da rede federal... de forma a evitar evasão.”

“Há urgência na adequação dos cursos PROEJA às características regionais, considerando os arranjos produtivos locais, iniciativas de associativismos e cooperativismo.”

“As instituições de Educação Profissional e Tecnológica devem privilegiar a integração dos diversos cursos, nas diversas modalidades, tais como: Ensino Médio Integrado, Subseqüentes, Tecnológicos, Licenciaturas, Pós-graduação ao PROEJA.”

“Os cursos PROEJA requerem infra-estrutura e serviços adequados no que se refere: bibliotecas, assistência estudantil, apoio ao estudante, laboratórios, refeitórios, transporte.”

“O PROEJA pelo seu caráter inédito e inovador exige bases pedagógicas que reconheçam as especificidades dos sujeitos jovens e adultos trabalhadores quanto à organização dos espaços e tempos, quanto à organização curricular, quanto às atividades esportivas laborais, culturais e científicas. (...) mostras técnicas, semanas temáticas, projetos de aprendizagem, acolhimento dos estudantes ingressantes pelos estudantes que já frequentam o PROEJA, atividades de integração com a família. (CARTA DOS ESTUDANTES E DOS GESTORES DO PROEJA – Santa Maria, RS - Maio, 2010)

Esse momento de discussão, dando voz aos estudantes, alavanca e fortalece a luta pela consolidação do PROEJA como uma política pública permanente no campo da educação profissional e tecnológica. Isso é corroborado pela fala de uma professora, no evento, citando um lema da educação especial “Nada sobre nós sem nós” e “Não fale sobre o que eu sou capaz de fazer sem me ouvir primeiro”. Outra professora menciona “ouvir o estudante renova a maneira de pensar o estudante” e, conseqüentemente, o curso. A coordenadora da Pós-Graduação do PROEJA/RS⁹ ressalta que o estudante do PROEJA desafia a ordem da escola. A ordem dos tempos, dos espaços, do currículo... Passa a discutir a evasão, até então, vista como natural para os outros cursos. Por esse motivo, em contrapartida, a escola oferece resistência.

Voltando ao foco, identificar o lugar do PROEJA, a fala de uma professora traduz um dos aspectos polêmicos do lugar que vem ocupando o PROEJA nos IFs: “O PROEJA traz para a instituição a realidade contraditória da sociedade em que está inserida. (...) é uma âncora para os Institutos Federais; segura os mesmos com os pés no chão, vinculando-os com o trabalhador”. Em outras palavras, o PROEJA chama a atenção dos IFs para sua finalidade expressa no Art. 7º - *Dos Objetivos dos Institutos Federais* - na Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

(...) são objetivos dos Institutos Federais: I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (...) (LEI Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008)

Nesse contexto, o processo de implementação dos cursos PROEJA aflora inquietações e tensões a respeito de questões, tais como: forma de ingresso das classes populares às escolas de educação tecnológica; o currículo integrado onde “a formação geral potencialize a formação profissional sem desmerecimento de uma ou de outra”¹⁰; a necessidade de assistência ao educando, de uma gestão do cuidado que “monitore” amorosamente o desenrolar dos cursos, com vistas à permanência dos estudantes, com significação, até o término do curso.

⁹ Profª Drª Simone Valdete dos Santos.

¹⁰ Profª Drª Simone Valdete dos Santos.

Nas falas dos estudantes, esporadicamente, aparece um “luto” pela escola que deixaram de frequentar a 5, 15, 20 ou 30 anos atrás – bancária, conteudista, severa. Aparecem referências a posturas preconceituosas em relação ao potencial dos educandos, que entraram por forma de ingresso diferenciado. “É indevido jogar os alunos do PROEJA junto nas turmas dos outros alunos, que passaram na prova de seleção”, “é diferente para os alunos com mais idade e muito tempo fora da escola” e “é preciso pensar um curso diferenciado”. Aparece também o sentimento de não-pertencimento àquele espaço, que aos poucos vai se dizimando e dando lugar a expressões, tais como: o curso proporciona “conhecimento pessoal e profissional”; “...aceitar as limitações dos colegas mais velhos”; “...convivência com os jovens”; “vencer dificuldades em grupos”; “ser solidário com os problemas dos outros”; “ver o mundo de fora, sair do seu mundinho”. Quando se referem aos professores, no geral, falam com carinho e referem-se a algumas “abordagens equivocadas nas aulas, as quais vão se modificando e aprendendo a lidar com a nova realidade e diversidade”.

O que se observa nesses registros é a presença ativa de uma cultura política, que acompanha as práticas de educação de Jovens e Adultos desde os idos dos anos 60 do século XX. Das posturas pedagógicas que marcaram as primeiras experiências na perspectiva da conscientização preconizadas por Freire, constata-se que esse ideário permanece como uma das características marcantes das práticas que envolvem a EJA. Osmar Fávero (2004, p. 23), ao avaliar as lições aprendidas desde os anos 50, destaca o quanto houve de protagonismo, por parte dos jovens, ao assumirem “a elaboração e realização de um projeto educativo, no bojo de um projeto social que se pretendia radicalmente transformador”.

Vale ressaltar que os grupos temáticos foram organizados separadamente, estudantes num grupo e gestores em outro, o que talvez permitiu uma maior tranquilidade para expressar opiniões. O admirável, ao socializar os resultados das discussões dos grupos temáticos na plenária, está no fato de que os discursos de gestores e de estudantes acabaram por apontar para a mesma direção. Sobre o entendimento de quem é o(a) estudante do PROEJA ambos mencionam: trabalhador(a), que tem uma história de vida, uma vivência de mundo; que tem tempos diferenciados e ritmos de aprendizagem menos ágeis; que possui outros saberes consolidados e adquiridos pela experiência; que só permanece no ambiente escolar se houver significado para ele. Quanto à permanência, os estudantes destacam que são mais frequentes nas aulas de maior interesse; quando conseguem dar conta dos problemas pessoais e muitos dependem da *bolsa auxílio estudantil*¹¹ para continuar frequentando. A fala de um dos estudantes pode servir como “Nossa principal forma de inclusão é estar aqui hoje nesse encontro só de alunos do PROEJA”¹². No geral, houve um consenso de que esse encontro é um marco político no sentido de reforçar os campos de luta pela consolidação do PROEJA.

¹¹ Bolsa de R\$ 100,00 mensais para estudantes regularmente matriculados e frequentes em cursos PROEJA.

¹² Fala de um estudante durante o I Encontro de Estudantes do PROEJA, em Santa Maria, maio/2010.

Palavras finais

Como breve consideração final, observa-se que o espaço de negociação entre Institutos Federais e PROEJA está posto. O resultado da inter-relação, da fusão entre os dois “mundos” culturalmente e socialmente opostos, está gerando algo novo, inédito, aleatório, que está mobilizando UM e OUTRO para o desbravamento do, até então, pouco conhecido. Esse movimento está mexendo com as concepções e os princípios das Escolas *ditas de excelência* – hoje, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, visando a novas propostas de cursos voltados para a realidade e para as necessidades da comunidade, onde os IFs estão inseridos. Ademais, é necessário um olhar diferenciado para os sujeitos da EJA, que procuram os cursos PROEJA; se faz urgente pensar novas formas de ingresso, novo currículo – integrado – e uma postura de acolhimento e de diálogo para essa parcela da população oriunda das classes populares. E mais, há uma tendência em inverter a lógica da prática educativa, onde se inaugura um novo sentimento, de pertencimento, tanto do aluno nesse ambiente escolar como do docente nessa modalidade de ensino.

Referências

BHABHA, Hommi. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. BRASIL. *Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 25/05/2010.

_____. CARTA DOS ESTUDANTES E GESTORES DO PROEJA. SANTA MARIA/RS, MAIO DE 2010. Disponível em: http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010428132429453carta_encontro_proeja_santa_maria-1.pdf. Acesso em: 24/05/2010.

DI PIERRO, M. C.; GRACIANO, M. *Educação de Jovens e Adultos no Brasil*. Informes Apresentados à Oficina Regional da UNESCO para a América Latina y caribe. Disponível em: <http://www.slideshare.net/observatoriojuvenildo vale/a-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil>. Acesso em: 22/05/2010.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; MASAGÃO, Vera. *Visões da educação de jovens e adultos no Brasil*. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, p.58-77, novembro/2001.

DI PIERRO, Maria Clara. *Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil*. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005.

FÁVERO, Osmar. Lições da história: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; PAIVA, Jane. *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 13-28.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. *Essa Escola Chamada Vida*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. PESQUISA ESCOLAR FUNDAJ. Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco. *Movimento de Cultura Popular (MCP)*. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=723&Itemid=192 Acesso em maio de 2010.

_____. MEC, 2008. Portal dos Fóruns de EJA. *Histórico dos Fóruns de EJA e dos Encontros Nacionais de EJA – ENEJA*. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/>. Acesso em: maio de 2010.

LIMA FILHO, Domingos Leite. *O PROEJA em construção: enfrentando desafios políticos e pedagógicos*. Educação & Realidade, 35(1), p. 109-127, jan/abr, 2010.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de Oliveira. *Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA*. Educar, Curitiba, n. 29, p. 83-100, 2007. Editora UFPR.

PAIVA, Jane. *Educação de jovens e adultos: direito, concepções e sentidos*. Tese (doutorado) - Orientador: Prof. Dr. Osmar Fávero. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2005. Pg. 84. Disponível em: http://www.btdt.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=959. Acesso em: 22/05/2010.

PAIVA, Jane. *Os sentidos do direito à educação para Jovens e Adultos*. Petrópolis: DP et alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

SANTOS, S. V. Sete Lições Sobre o PROEJA. In. MOL. Jaqueline & Colaboradores. *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo - Desafios, tensões e possibilidades*. Artemed, 2010

SOARES, Leôncio José Gomes. *A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais*. Revista Presença Pedagógica, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996.

SOARES, Leôncio José Gomes. O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. In: RAAAB, *Alfabetização e Cidadania – Políticas Públicas e EJA*. Revista de EJA, n.17, maio de 2004.

SCOCUGLIA, A. C. C. *Alfabetização, Política e Religião: o Caso da Cruzada de Ação Básica Cristã (1965-70)*. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/25/afonsocelsoscocugliat02.rtf. Acesso em: 21/05/2010.

Artigo recebido em: Setembro de 2010

Aprovado em: Março de 2012